

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

DIREITO

DESAPROPRIAÇÕES DE IMÓVEIS URBANOS DECORRENTES DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA NO RIO DE JANEIRO: IMPACTOS SOCIAIS DA REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO E JOGOS OLÍMPICOS

¹Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues (orientador); ¹Jair Rodrigues Santos Júnior (IC-CNPq); ¹Maria Eugênia Araújo (IC-CNPq); ¹Caryne Abbade Capitanio (IC-CNPq).

1- Escola de Ciências Jurídicas; Centro de Ciências Jurídicas e Políticas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: CNPq.

Palavras-chave: Desapropriações; Democracia Participativa; Poder Público.

INTRODUÇÃO

O tema estudado versou sobre a desapropriação de imóveis e os impactos sociais e urbanos das obras decorrentes da realização dos megaeventos, tais como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos, com ênfase nas obras de infraestrutura de transportes urbanos, como a expansão do metrô, a reforma e ampliação de portos e a abertura de novas vias de transportes terrestres, com o uso de veículos leves sobre trilhos. A cidade do Rio de Janeiro enfrenta questões de extrema relevância no âmbito da Política Urbana em decorrência de grandes obras públicas que impactam o cotidiano dos habitantes deste município, especialmente no que tange ao direito de moradia em face às desapropriações decorrentes dessas intervenções do Poder Público, sobretudo com a realização de obras de infraestrutura, como a construção de portos, vias expressas e reforma e ampliação da malha viária de transportes, como o metrô e veículos leves sobre trilhos – VLT. Pretendeu-se com essa pesquisa analisar os mecanismos jurídicos de intervenção da Política Urbana, dando ênfase à análise documental que envolve essas grandes obras e outras intervenções relacionadas à área impactada, observando-se os meios de atuação do controle social como mecanismo de aperfeiçoamento da democracia e defesa dos direitos fundamentais.

OBJETIVO

O projeto teve por objetivo pesquisar a respeito de questões sobre Poder e Território, destacando o subtema da Democracia Participativa; Política Urbana; Desapropriações e Mobilização Urbana. Pretendeu-se enfrentar essas grandes questões a partir das seguintes atividades: Investigar de que forma a cidade, enquanto espaço público de direito, afeta o exercício da cidadania e democracia e condiciona as ações humanas; analisar o impacto das grandes obras urbanas, sobretudo aquelas relacionadas à construção de portos, vias expressas e reforma e ampliação da malha viária de transportes, como o metrô e veículos leves sobre trilhos – VLT impactam a qualidade de vida das comunidades locais; analisar os impactos das obras públicas e suas implicações no âmbito da Política Urbana, na ordenação do território e como a organização do território reflete no exercício da democracia participativa.

METODOLOGIA

Tendo em vista a necessidade de se estudar, detalhadamente, a relação existente entre as comunidades e as políticas públicas adotadas no Rio de Janeiro no atual cenário de realização de megaeventos, a presente pesquisa buscou estudar também, de forma teórica e prática, como as políticas urbanas adotadas influenciam no empoderamento local, no aperfeiçoamento da democracia e na defesa dos direitos fundamentais. Para realizar tal estudo, quatro grandes questões sobre o Poder e o Território foram estudadas, quais sejam: 1) a democracia participativa; 2) a cidade; 3) a política urbana; e, por fim 4) o controle do valor da terra urbana. Com o objetivo de se coletar informações e dados sobre o tema aqui levantado, o projeto foi dividido em três etapas, que compreenderam: (i) levantamento de bibliografia e resenha dos textos lidos, com enfoque na questão de desapropriações das áreas afetadas; (ii) pesquisa de dados em matérias de sites e órgãos públicos e (iii) discussão e elaboração de textos e relatórios.

RESULTADOS

Para alcançar os resultados da pesquisa, foi feito um levantamento histórico e doutrinário sobre as questões relativas às políticas urbanas, à democracia e à defesa dos direitos fundamentais. Para tanto, foram selecionados artigos científicos, de revistas e jornais, bem como livros e resenhas sobre a questão levantada. No que tange à pesquisa direcionada aos megaeventos, o projeto de atração de investimentos feito pelo poder público municipal e estadual com a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 tem como um componente importante a remoção da população de baixa renda das áreas valorizadas, como o bairro da Barra da Tijuca e do Recreio, e das áreas que estão sendo contempladas com investimentos públicos, como os bairros de Vargem Grande, Jacarepaguá, Curicica, Centro e Maracanã. Nestes bairros, áreas de expansão do capital imobiliário, os investimentos públicos realizados em transporte (BRTs) trouxeram grandes benefícios para a região, multiplicando as oportunidades de outros investimentos e de retorno financeiro na produção habitacional para classes média e alta e na produção de imóveis comerciais. Quanto às construções destinadas aos atletas e equipamentos esportivos – vila dos atletas no Rio Centro e Parque Olímpico – após os jogos, serão transformadas em empreendimentos residenciais de luxo, comercializados pelas empreiteiras dos governos municipal e estadual. Segundo dados levantados na pesquisa, cerca de três mil famílias situadas na cidade do Rio de Janeiro já foram removidas e outras oito mil estão ameaçadas. A justificativa, na maior parte das vezes, é a localização destas comunidades em áreas de interesse da prefeitura e do governo do estado para o projeto da Copa e das Olimpíadas, como as destinadas à construção do estacionamento para o estádio do Maracanã, às obras viárias com faixas segregadas para o BRT, e ao Porto Maravilha no centro da cidade,

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

entre outras. Um estudo acerca da participação de instituições locais em projetos de revitalização urbana mostrou que a maioria das experiências ditas participativas refere-se a “participação restrita ou instrumental” que se caracterizam pelo envolvimento da comunidade diretamente beneficiada em um projeto específico ou em um programa de âmbito local, através de fornecimento de mão de obra (voluntária ou sub-remunerada). Esse tipo de participação é restrito à associações de moradores que se caracterizam como reivindicadoras de ações junto ao Estado. Essa proposta tem caráter distinto da “participação ampliada ou neo-corporativa”, que tem como característica a capacidade dos grupos de interesse de influenciar as diretrizes de programas e políticas públicas. (AZEVEDO, 2007). Na maioria dos casos acerca das desapropriações ocorridas no estado do Rio de Janeiro, estas remoções acontecem sem que os moradores tenham acesso às informações e sem que o projeto de urbanização para a área seja debatido com os moradores e a sociedade. As indenizações das habitações e dos estabelecimentos comerciais, oferecidas pela Prefeitura, são muito aquém do valor praticado pelo mercado, impossibilitando a transferência dos moradores para outras unidades habitacionais ou a aquisição de estabelecimentos comerciais no mesmo bairro. Como os projetos têm alto impacto econômico-social sobre milhares de famílias, os processos participativos da comunidade local deveriam ocorrer amparados por estudos de impacto ambiental e de vizinhança, a fim de contribuir com alternativas à remoção e mitigação dos impactos, e com garantia do direito à moradia dessas famílias. Tal como estabelecido pelo Estatuto da Cidade, além da obrigatoriedade das audiências públicas e do Estudo de Impacto de Vizinhança, a comunidade tem o direito de participar das decisões referentes às intervenções do poder público no local. Quando os processos participativos não conseguem representar de forma legítima os amplos setores da população e vocalizar seus interesses reais o processo fica viciado por grupos de interesse ou ocorre perda de quórum.

CONCLUSÃO

Conclui-se com base nos resultados apresentados que ocorre uma ausência ou precariedade de informação para as comunidades, acompanhada de certos procedimentos de pressão e coação, forçando os moradores a aceitarem as ofertas realizadas pela Prefeitura do Rio no que tange às remoções das comunidades. Também não há envolvimento destas comunidades na discussão dos projetos de reurbanização promovidos pela Prefeitura, bem como das possíveis alternativas para os casos onde são indicadas remoções. No caso da região portuária, a CDURP chama atenção para o fato de que o conceito de desenvolvimento local deve ser relativizado uma vez que o projeto tem aspectos globais visando melhorias para toda a cidade e não apenas para os moradores da região portuária. Assim, o espaço de participação do morador fica limitado a algumas decisões como equipamentos e demandas locais para atendê-los. Ainda sob o quesito participação, foi feito um levantamento de dados que mostrou que as instâncias participativas analisadas caracterizam-se como espaços onde demandas são feitas pelos participantes e não como espaços capazes de sustentar negociações, debates e deliberações voltadas para um processo de construção conjunta. Os projetos de revitalização de áreas portuárias, apesar de serem consideradas áreas degradadas, contam com uma população local, que mesmo em número pequeno comparada com outras áreas da cidade, devem ser respeitadas. Os espaços participativos não são utilizados para um processo de construção do projeto, onde a presença contínua garantiria uma maior percepção de envolvimento e de participação no projeto. As instituições locais estão participando, elas fazem parte do processo, embora este não seja um processo deliberativo de construção conjunta de um projeto segundo propostas discutidas e definidas a partir de um consenso. A participação se dá por meio do compartilhamento com o Estado da responsabilidade de criar espaços educativos e investir em programas sociais que possam garantir a melhoria das condições de vida da população local. A possibilidade de intervenção direta do Poder Público em determinada propriedade, por meio da transferência de domínio, seja por utilidade, necessidade pública ou interesse social (previstos nos arts. 5º, inciso XXIV, e 184 da Constituição Federal Brasileira), ou ainda descumprimento da função social, torna a desapropriação valioso instrumento de acesso da população ao direito à moradia. Por outro lado, este instrumento comumente se conflita com o direito humano à moradia pelo fato de prejudicar a vida de uma população carente ao movê-la das áreas de risco onde moram para locais onde há difícil acesso aos serviços públicos básicos e mesmo ao mercado de trabalho. Para garantir o equilíbrio entre o bem estar coletivo e os fins urbanísticos da desapropriação, deve-se levar em consideração que os direitos humanos são para todos e da mesma forma em que se deve garantir o direito humano à moradia deve-se respeitar o direito humano à propriedade. Mesmo que as desapropriações comuns não objetivem a mesma finalidade da desapropriação para fins urbanísticos, ambas visam condicionar o uso da propriedade urbana ao bem estar coletivo, este diretamente relacionado à proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos e também à valorização do princípio da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Sérgio. Estratégias de gestão. In: Ministério das Cidades. Política habitacional e a integração urbana de assentamentos precários: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos. Brasília, 2007.
- BARRETTO, Vicente. O conceito moderno de cidadania. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, nº 192. p. 29-37.
- BORJA, Jordi. e CASTELLS, Manuel. As cidades como atores políticos. In: Novos Estudos Cebrap. São Paulo, 1996.
- CDRJ - Companhia Docas do Rio de Janeiro. PDZ - Plano de desenvolvimento e zoneamento do Porto do Rio de Janeiro: plano de adequação. Tostes & Medeiros, 2009.
- DOMINGUES, Eduardo Garcia Ribeiro Lopes. Modernidade e exclusão social, do Estado positivista à gestão democrática da cidade. Dissertação de Mestrado. Direito da Cidade, UERJ, 2003.
- _____. Municipalismo e Política Urbana: a influência da União na Política Urbana municipal. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2012.
- DOSSIÊ DO COMITÊ POPULAR DA COPA RIO DE JANEIRO, “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro”, 2013.
- FERNANDES, Edésio (org.). Direito Urbanístico. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.
- FORUM COMUNITÁRIO DO PORTO. Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações, 2011. Disponível em: <<http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/>>. Acesso em: 23 mar. 2014.



13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. A participação popular e a consensualidade na administração pública. In: RTDP, nº 35. São Paulo; Malheiros Editores, 2001.

METRODATA, Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/UFRJ-FASE). Informações básicas das regiões metropolitanas brasileiras. Disponível em <<http://www.ippur.ufrj.br/observatorio>>.

SANTOS, Ângela Molin S. Penalva. Município, descentralização e território. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SASSEN, Saskia. As cidades e a economia mundial. São Paulo: Nobel, 1998.

TOLEDO, Mariana Peixoto De. Participação De Instituições Locais Em Projetos De Revitalização Urbana: O Caso Do Projeto Porto Maravilha Na Cidade Do Rio De Janeiro. Disponível em <http://portomaravilha.com.br/web/esq/est_acad/ea3.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.